

## **Actos de Violência nos Colonatos Israelitas na Cisjordânia**

### **Um Teste ao Estado de Direito**

***Bruno Oliveira Martins***

(EuroMeSCo Exchange Researcher na Universidade Ben-Gurion,  
Israel)

Novembro de 2008

#### ***Introdução***

Um vasto conjunto de fontes têm vindo a relatar um aumento de casos de violência perpetrada por colonos israelitas na Cisjordânia contra Palestinos e as suas propriedades. Ainda que não se trate, de todo, de um fenómeno novo, esta questão tem vindo a receber uma visibilidade pública crescente, tendo-se tornado uma matéria em destaque tanto na agenda mediática israelita e como na imprensa internacional que cobre o conflito israelo-palestino com mais detalhe.

Parte significativa da discussão em torno desta questão prende-se com a deficiente implementação do Estado de direito por parte de Israel nestes casos. Tanto ONG de direitos humanos como os *media* têm sido unânimes em criticar a falta de acção policial e judicial contra os colonos, gerando um sentimento geral de impunidade e fazendo com que a ocorrência de actos violentos seja recorrente desde há vários anos, sem que tenha havido qualquer melhoria da situação – muito pelo contrário. Ainda que se verifiquem alguns progressos em situações específicas e em períodos isolados, nos

últimos meses tem-se registado um aumento de número de ocorrências.

No decurso da Presidência Francesa da União Europeia (UE), este tema tem integrado o discurso oficial europeu e foi já objecto de duas declarações exclusivamente orientadas à condenação destes actos e à exigência de actuação por parte do Governo israelita. Ainda que a retórica oficial israelita no sentido da condenação destes actos tenha atingido níveis pouco usuais, será necessário aguardar algum tempo para verificar até que ponto as medidas actualmente em estudo retiram aos colonos o estatuto de excepção da lei de quem têm gozado desde há décadas.

## **Contexto político e jurídico**

### O surgimento dos colonatos

Após a vitória obtida na Guerra dos Seis Dias, ocorrida entre 5 e 10 de Junho de 1967, Israel triplicou o seu território e alargou-o a áreas até então pertencentes ao Egipto, à Síria e à Jordânia, passando para sua jurisdição a Faixa de Gaza, a Península do Sinai, os Montes Golã, Jerusalém Oriental e partes da Cisjordânia (Margem Ocidental do Rio Jordão). Para além da revolução geopolítica criada na região, a Guerra implicou um movimento massivo de pessoas, tornando refugiados centenas de milhares de palestinianos. Os termos da “devolução” de parte destes territórios começaram a ser equacionados logo a seguir (até porque, em certa medida, e de acordo com alguns historiadores, os resultados obtidos foram muito para além do que seria expectável antes da Guerra<sup>1</sup>), mas o impasse

---

<sup>1</sup> Neste sentido, ver Gershom GORENBERG (2007) *The Accidental Empire: Israel and the Birth of the Settlements 1967 – 1977*, Times Books. Sobre a Guerra dos Seis Dias, entre a vastíssima bibliografia, destacaria Tom SEGEV (2008) *1967: Israel, The War and the Year that Transformed the Middle East*, Metropolitan Books,

e a ausência de resoluções políticas em relação à Cisjordânia e a Gaza permitiu que se iniciasse um movimento de ocupação destes territórios.

Desde essa data até Dezembro de 2007, Israel estabeleceu oficialmente cerca de 120 colonatos na Cisjordânia, reconhecidos pelo Governo, aos quais se juntam 12 na área de Jerusalém e mais umas largas dezenas (mais de uma centena, certamente) que não têm reconhecimento oficial mas que existem *de facto*. Além disso, o beneplácito do exército e da polícia israelita permite que pequenas construções (muros, cercas, pequenas casas pré-fabricadas) sejam reerguidas facilmente pelos colonos após a sua demolição. Nestes colonatos, e sem incluir Jerusalém Oriental<sup>2</sup>, vivem cerca de 260 000 israelitas<sup>3</sup>. Refira-se aqui que os colonatos da Faixa de Gaza, nos quais viviam cerca de 8000 israelitas, foram desmantelados em 2005, sendo que muitos destes passaram a habitar colonatos na Cisjordânia.

### **Situação actual e reacção oficial israelita**

De acordo com a imprensa israelita, numa reunião entre representantes de serviços de segurança e defesa e membros do Governo israelita, foram apresentados dados que apontam para a existência de 429 incidentes causados por colonos israelitas na

---

e Michael B. OREN (2002) *Six Days of War: June 1967 and the Making of the Middle East*, Oxford University Press.

<sup>2</sup> Os Acordos de Oslo, assinados em 1993 entre Israelitas e Palestinos, dividiram a Cisjordânia em três áreas – A, B e C. Nas áreas A e B, a autoridade e administração pertence aos Palestinos, e abrange, respectivamente, as grandes urbanas e as áreas agrícolas; a área C está sob controlo israelita. A questão de Jerusalém Oriental foi autonomizada e não foi incluída em nenhuma destas áreas, ficando a definição da sua situação adiada até às negociações sobre o estatuto final da Palestina

<sup>3</sup> Informação detalhada acerca dos colonatos e da população pode ser consultada no site das ONG "BTselem" [http://www.btselem.org/English/Settlements/Settlement\\_population.xls](http://www.btselem.org/English/Settlements/Settlement_population.xls) e "Peace Now" <http://www.peacenow.org.il/site/en/peace.asp?pi=57>.

Cisjordânia, infligindo ferimentos ou danos a Palestinos a propriedades suas, nos primeiros seis meses de 2008<sup>4</sup>. Estes números contrapõem-se aos 587 incidentes ao longo de todo o ano de 2006, e aos 551 de 2007. Relatórios das Nações Unidas<sup>5</sup> e de algumas ONG de direitos humanos, como a B'Tselem e a Yesh Din, confirmam esta tendência. O Comité de Assuntos Internos do Knesset avançou com o número de 409 processos instaurados por incidentes deste tipo desde o início de 2008.

No início da reunião ministerial de 2 de Novembro, o Primeiro-Ministro israelita Ehud Olmert assinalou a existência de "um grupo de pessoas que se comporta de uma forma que põe em causa a lei e a governação não apenas das áreas em que vivem, mas em todo o território do Estado"<sup>6</sup>. Olmert referia-se aos colonos que, ao longo dos últimos meses, têm vindo a actuar com extrema violência tanto contra palestinos e suas propriedades, como também, numa fase mais recente, contra elementos do exército e da polícia que tentam timidamente fazer-lhes frente. O Primeiro-Ministro referiu que o Governo "israelita não estava na disposição de tolerar este tipo de comportamentos", e que estava preocupado com o facto de que as pessoas que têm vindo a ser detidas por estes actos estarem a ser libertas sem que sobre elas impenda nenhuma acusação<sup>7</sup>.

O Vice Primeiro-Ministro Haim Ramon falou em "discriminação e apartheid na forma de lidar com Palestinos e Judeus que estejam

---

<sup>4</sup> Dados publicados, entre outros meios de comunicação social, no *Jerusalem Post*, em

<http://www.jpost.com/servlet/Satellite?cid=1222017576865&pagename=JPost%2FJPArticle%2FPrinter>.

<sup>5</sup> Office Of The Special Coordinator For The Middle East Peace Process, UN Report Ad Hoc Liaison Committee Meeting, disponível em <http://domino.un.org/pdfs/UNSCO2008179.pdf>.

<sup>6</sup> "Declarações do Primeiro Ministro antecipando a Reunião Ministerial Semanal", 2 de Novembro, <http://www.pmo.gov.il/PMOEng/Communication/Spokesman/2008/11/spokestart021108.htm..>

<sup>7</sup> *Ibidem*.

envolvidos em distúrbios na Judeia e Samaria"<sup>8</sup>, e Ehul Olmert referiu que não iria tolerar *pogroms* por parte de extremistas israelitas que se destinam, com motivações religiosas, a impedir que Israel troque 'terra por paz'. Tendo em atenção o alvo e a motivação das declarações, este tipo de retórica é extremamente forte, e o emprego de expressões como "apartheid" e "pogroms" é revelador de que a situação actual atingiu níveis intoleráveis.

Neste sentido, o vice Ministro da Defesa, Matan Vilna'i, foi encarregue pelo responsável da tutela, Ehud Barak, de criar um grupo de trabalho com elementos de várias agências de segurança para aumentar a eficácia da actuação das forças israelitas e para melhorar a coordenação das suas acções. Além disso, o Governo decidiu expressamente terminar qualquer apoio, directo ou indirecto, aos colonatos ilegais.

#### Reacção da UE

A Presidência da UE tem prestado especial atenção a esta questão, tendo já emitido duas declarações especificamente destinadas a condenar estes actos e a pressionar o Governo israelita a actuar. Além disso, numa visitada efectuada a Israel no início de Outubro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Bernard Kouchner, mostrou-se preocupado com a situação actual. Na Declaração de 16 de Setembro, a Presidência "condena veementemente a violência perpetrada por colonos israelitas da Cisjordânia contra a população palestina", o que, citando a Presidência, configura uma situação "que não pode ser tolerada". A Presidência instou o Governo israelita a empregar "todos os esforços

---

<sup>8</sup> Estas declarações encontram reproduzidas, entre outros meios de comunicação social, em <http://www.jpost.com/servlet/Satellite?pagename=JPost%2FJPArticle%2FShowFull&cid=1225199634856> e em <http://afp.google.com/article/ALeqM5hY5CJ1itcYH9AqU12QI75jF7qAaA>.

para assegurar a protecção da população palestina, de acordo com as suas obrigações ao abrigo do direito internacional"<sup>9</sup>.

Na Declaração de 31 de Outubro, a UE "uma vez mais condena, nos termos mais fortes, os actos de violência e brutalidade cometidos contra palestinianos", ao mesmo tempo que reitera que "é ao Governo israelita, que já condenou estes actos, que cumpre tomar as medidas necessárias para os terminar imediatamente, de acordo com as suas obrigações internacionais"<sup>10</sup>.

### **Especificidades jurídicas**

Como foi referido pelo próprio Primeiro-Ministro Olmert, parte da justificação para o cenário actual parece residir na não-aplicação do direito por parte das autoridades israelitas. Tanto os media como as ONG referem que cerca de 80-90% dos processos instaurados contra israelitas em situações desta natureza são arquivados sem que haja nenhuma acusação formal. As razões normalmente invocadas prendem-se com as alegadas dificuldades na identificação dos agentes dos crimes e com os obstáculos burocráticos colocados pelas autoridades israelitas, que fazem com que apresentar queixa e tentar prosseguir com a abertura de um processo seja um procedimento demorado, oneroso e com um desfecho praticamente definido à partida.

Uma parte significativa da visibilidade que esta questão tem ganho no espaço público pode ser relacionada com a existência de inúmeros registos fotográficos e em vídeo que ilustram estes casos. O Projecto "Shooting Back", implementado pela ONG B'Tselem e financiado em parte pela União Europeia fornece câmaras de filmar

---

<sup>9</sup> Tradução do autor. A declaração completa, em francês e inglês, pode ser consultada em <http://www.delisr.ec.europa.eu/english/whatsnew.asp?id=1027>.

<sup>10</sup> Tradução do autor. A declaração completa, em inglês, pode ser consultada em <http://www.delisr.ec.europa.eu/english/whatsnew.asp?id=1033>.

aos palestinianos de modo a tornar esta questão mais visível mas também, sintomaticamente, para fornecer elementos de prova que depois podem ser usados em tribunal aquando do julgamento. A extrema e explícita violência de alguns vídeos<sup>11</sup> tem tido repercussões na forma como os media vêem esta questão, e o recente aumento de atenção mediática são reflexos disso mesmo. O facto de estas imagens estarem a ser usadas em tribunal como elemento de prova, por vezes o único, demonstra a desresponsabilização do Estado israelita e a falta de empenho das autoridades em aplicar as normas correspondentes e implantar o princípio do Estado de direito.

O sistema de implementação do Estado de direito em relação a casos de violência perpetrada por colonatos contra Palestinos e as suas propriedades tem-se mantido ineficaz ao longo dos anos. Alguns dos melhoramentos verificados recentemente em casos específicos não são suficientes para provocar uma alteração significativa ao nível da globalidade do problema. Exemplo dessas melhorias isoladas é o aumento de protecção conferida aos Palestinos durante a época da apanha das azeitonas, que ocorre por norma no mês de Outubro e que, tradicionalmente, é um momento de tensão.

Nos termos dos Acordos assinados por Israel e a Autoridade Palestiniana, nos Territórios Ocupados coexistem dois sistemas legais aplicáveis em casos de violência dos/sobre colonatos. No essencial, se o acto for realizado por um cidadão israelita, o processo irá tramitar num tribunal civil, de acordo com a lei israelita. Se for um Palestino a actuar, será julgado por autoridades israelitas num tribunal militar, cujo escrutínio público é altamente dificultado<sup>12</sup>. Este sistema dúplice traz ainda mais complexidade e a confusão à

---

<sup>11</sup> Os vídeos podem ser consultados em <http://www.btselem.org/english/Video/>.

<sup>12</sup> Para uma análise mais detalhada do funcionamento dos tribunais militares israelitas e da forma como se encontram afastados do escrutínio público, ver o estudo da Yesh Din (2007) *Backyard Proceedings: The Implementation of Due Process Rights in the Military Courts in the Occupied Territories*, Tel Aviv: Yesh Din.

situação, sobretudo sabendo-se que os soldados israelitas são, a maioria das vezes, muito jovens e sem a adequada preparação para lidar com questões desta complexidade.

Todas estas especificidades juntam-se à falta de efectiva vontade política em mudar o *status quo*. Como demonstram algumas referências bibliográficas colocadas a seguir, esta questão existe há já vários anos e, no essencial, o quadro geral não se alterou. Será necessária, por ventura, uma maior atenção por parte da Comunidade Internacional para que exerça pressão diplomática junto do Governo israelita e que, à imagem do que tem sucedido durante a Presidência francesa da UE, traga este assunto para a ordem do dia aquando das negociações com o Estado de Israel.

### **Outras referências bibliográficas**

Alternative Information Centre (2008) *Settler Violence Report: September-October 2008*, disponível em [http://www.alternativenews.org/index2.php?option=com\\_content&task=view&id=1405&pop=1&page=0&Itemid=494](http://www.alternativenews.org/index2.php?option=com_content&task=view&id=1405&pop=1&page=0&Itemid=494).

B'Tselem (2002a) *Foreseen but not Prevented - The Israel Law Enforcement Authorities Handling of Settler Attacks on Olive Harvest*, Case Study 16, November Jerusalem: B'Tselem.

\_\_\_\_\_ (2002b) *Standing Idly By: Non-enforcement of the Law on Settlers: Hebron, 26-28 July 2002*, Case Study 15, August, Jerusalem: B'Tselem.

\_\_\_\_\_ (2001) *Free Rein: Vigilante Settlers and Israel's Non-enforcement of the Law*, Information Sheet, October, Jerusalem: B'Tselem.

\_\_\_\_\_ (1994) *Law Enforcement on Israeli Civilians in the Occupied Territories*, March, Jerusalem: B'Tselem.

Foundation for Middle East Peace (2008a) *Report on Israeli Settlement in the Occupied Territories*, Vol. 18 no. 6, November-December, Washington: FMEP.

\_\_\_\_\_ (2008b) *Report on Israeli Settlement in the Occupied Territories*, Vol. 18 no. 5, September-October, Washington: FMEP.





GORENBERG, Gershom (2007) *The Accidental Empire: Israel and the Birth of the Settlements 1967 – 1977*, New York: Times Books.

Office of The Special Coordinator For The Middle East Peace Process (2008) *Macroeconomic and Fiscal Framework for the West Bank and Gaza: Second Review of Progress* - Staff Report for the Meeting of the Ad-Hoc Liaison Committee (Quartet) 22 September, New York: UN.

Yesh Din (2006) *A Semblance of Law: Law Enforcement upon Israeli Civilians in the West Bank*, Tel Aviv: Yesh Din.